

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 09/2011

Disponibilização: 09 de Maio de 2011

Período abrangido: 26 de Abril a 06 de Maio de 2011

ÍNDICE TEMÁTICO

1. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÀRIA**
- **CAÇA**
- **FLORESTAS**
- **PESCAS**
- **VETERINÁRIA**

2. AMBIENTE

3. ASSOCIAÇÕES

4. COMÉRCIO

5. CULTURA

6. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

7. DESPORTO

8. EDUCAÇÃO

9. ENERGIA

10. FINANÇAS

- **ACTIVIDADE SEGURADORA**
- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

11. INCENTIVO AO INVESTIMENTO

12. INDÚSTRIA

13. JUSTIÇA

14. MINORIAS ÉTNICAS

15. QREN

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

17. SAÚDE

18. SEGURANÇA SOCIAL

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**
- **TRANSPORTES**

20. TURISMO E LAZER

1. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**

[PORTARIA n.º 184/2011, de 05 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Altera o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», da medida n.º 1.1, «Inovação e desenvolvimento empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, PRODER, aprovado pela Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de Maio.

• **CAÇA**

[LEI n.º 12/2011, de 27 de Abril](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Cria um procedimento único de formação e de exame para a obtenção simultânea da carta de caçador e da licença de uso e porte de arma para o exercício da actividade venatória, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições.

• **FLORESTAS**

[DECRETO n.º 14/2011, de 02 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Actualiza os limites e transfere a gestão de terrenos que constituem perímetros florestais.

• **PESCAS**

[PORTARIA n.º 170/2011, de 27 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Primeira alteração à Portaria n.º 629/2009, de 8 de Junho, que define os condicionalismos a que fica sujeita a pesca de bivalves com ganchorra na zona ocidental norte.

[PORTARIA n.º 171/2011, de 27 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Define os condicionalismos a que fica sujeita a pesca com ganchorra na zona sul e revoga a Portaria n.º 688/2005, de 18 de Agosto.

[PORTARIA n.º 181/2011, de 02 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece para 2011, a título excepcional e por motivos biológicos, os períodos de interdição da pesca com ganchorra.

- **VETERINÁRIA**

[DESPACHO n.º 6635/2011, de 27 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Determina as regras respeitantes à identificação dos animais das espécies ovina e caprina.

[DESPACHO n.º 6905-A/2011, de 03 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Fixa o preço de venda dos meios de identificação dos pequenos ruminantes.

2. AMBIENTE

[DECRETO-LEI n.º 58/2011, de 04 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece deveres de divulgação de informação relativa à avaliação ambiental, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

3. ASSOCIAÇÕES

[LEI n.º 13/2011, de 29 de Abril](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Altera (primeira alteração), por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro, que estabelece o regime de acesso e de exercício da actividade funerária, revogando o Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho.

4. COMÉRCIO

[DECRETO-LEI n.º 57/2011, de 27 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Estabelece o regime jurídico aplicável aos equipamentos sob pressão transportáveis e revoga o Decreto-Lei n.º 41/2002, de 28 de Fevereiro, transpondo a Directiva n.º 2010/35/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho.

[PORTARIA n.º 173/2011, de 28 de Abril](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece as condições mínimas, os limites de capital e os riscos cobertos pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos causados no exercício da actividade de comercialização de electricidade para a mobilidade eléctrica.

[PORTARIA n.º 180/2011, de 02 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Regula os termos e condições essenciais da remuneração da actividade de operação de pontos de carregamento.

5. CULTURA

[DESPACHO n.º 6673/2011, de 28 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Fixa o montante a atribuir pelos serviços e instituições da segurança social a cada Centro de Cultura e Desporto (CCD).

6. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

[DELIBERAÇÃO n.º 1072/2011, de 29 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Altera o Regulamento Específico «Mobilidade Territorial».

7. DESPORTO

[DESPACHO n.º 6673/2011, de 28 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Fixa o montante a atribuir pelos serviços e instituições da segurança social a cada Centro de Cultura e Desporto (CCD).

8. EDUCAÇÃO

[LEI n.º 15/2011, de 03 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, de forma a retirar as bolsas de estudo e de formação para efeitos de verificação da condição de recursos.

9. ENERGIA

[PORTARIA n.º 173/2011, de 28 de Abril](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece as condições mínimas, os limites de capital e os riscos cobertos pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos causados no exercício da actividade de comercialização de electricidade para a mobilidade eléctrica.

[PORTARIA n.º 178/2011, de 29 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Fixa o valor das taxas a cobrar nos pedidos de registo, de reinspecção da unidade de miniprodução e de averbamento de alterações ao registo da miniprodução, com e sem emissão de novo certificado de exploração.

[PORTARIA n.º 180/2011, de 02 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Regula os termos e condições essenciais da remuneração da actividade de operação de pontos de carregamento.

10. FINANÇAS

- **ACTIVIDADE SEGURADORA**

[PORTARIA n.º 173/2011, de 28 de Abril](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece as condições mínimas, os limites de capital e os riscos cobertos pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil por danos causados no exercício da actividade de comercialização de electricidade para a mobilidade eléctrica.

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**

[INSTRUÇÃO n.º 2-B/2011, de 27 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Determina, com base no n.º 14 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2010, introduzir limitações às subscrições de Certificados de Tesouro, as quais, a partir do mês de Maio de 2011, apenas poderão ser realizadas às taxas ilíquidas de juro anual garantido de 6,8 % para uma aplicação a 5 anos, e 7,10 % para uma aplicação a 10 anos.

11. INCENTIVO AO INVESTIMENTO

[PORTARIA n.º 184/2011, de 05 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Altera o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.3, «Instalação de Jovens Agricultores», da medida n.º 1.1, «Inovação e desenvolvimento empresarial», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, PRODER, aprovado pela Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de Maio.

12. INDÚSTRIA

[DECRETO-LEI n.º 57/2011, de 27 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Estabelece o regime jurídico aplicável aos equipamentos sob pressão transportáveis e revoga o Decreto-Lei n.º 41/2002, de 28 de Fevereiro, transpondo a Directiva n.º 2010/35/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho.

[PORTARIA n.º 178/2011, de 29 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Fixa o valor das taxas a cobrar nos pedidos de registo, de reinspecção da unidade de miniprodução e de averbamento de alterações ao registo da miniprodução, com e sem emissão de novo certificado de exploração.

[LEI n.º 13/2011, de 29 de Abril](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Altera (primeira alteração), por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro, que estabelece o regime de acesso e de exercício da actividade funerária, revogando o Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho.

13. JUSTIÇA

[PORTARIA n.º 175/2011, de 28 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Aprova a tabela de preços a cobrar pela Direcção-Geral de Reinserção Social, pelo Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., e pela Polícia Judiciária por perícias e exames, relatórios, informações sociais, audições e outras diligências ou documentos que lhes forem requeridos ou que por estes venham a ser deferidos a entidades públicas ou privadas.

[PORTARIA n.º 177/2011m de 29 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Aprova a tabela de preços a cobrar por bens e serviços prestados pela Polícia Judiciária a entidades públicas ou privadas que os requeiram.

[PORTARIA n.º 179/2011, de 02 de Maio](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de Abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades.

[LEI n.º 17/2011, de 03 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Criminaliza o incitamento público à prática de infracções terroristas, o recrutamento para o terrorismo e o treino para o terrorismo, dando cumprimento à Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI, do Conselho, de 28 de Novembro, que altera a Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, relativa à luta contra o terrorismo, e procede à terceira alteração da Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto.

[DECRETO-LEI n.º 60/2011, de 06 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Cria a Rede Nacional de Centros de Arbitragem Institucionalizada (RNCAI) e estabelece as formas e critérios de financiamento e avaliação dos centros que a integram.

14. MINORIAS ÉTNICAS

[LEI n.º 14/2011, de 02 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Elimina as discriminações em razão da nacionalidade no acesso ao regime de subsídio ao preço do bilhete público relativamente a serviços aéreos para regiões insulares, periféricas ou em desenvolvimento, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 138/99, de 23 de Abril.

15. QREN

[DESPACHO n.º 6572/2011, de 26 de Abril](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito do empréstimo quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI).

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

[LEI n.º 14/2011, de 02 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Elimina as discriminações em razão da nacionalidade no acesso ao regime de subsídio ao preço do bilhete público relativamente a serviços aéreos para regiões insulares, periféricas

ou em desenvolvimento, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 138/99, de 23 de Abril.

17. SAÚDE

[PORTARIA n.º 183/2011, de 05 de Maio](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA SAÚDE)

Define os preços dos cuidados continuados integrados de saúde mental prestados pelas unidades residenciais, unidades sócio-ocupacionais e equipas de apoio domiciliário.

18. SEGURANÇA SOCIAL

[LEI n.º 15/2011, de 03 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, de forma a retirar as bolsas de estudo e de formação para efeitos de verificação da condição de recursos.

[PORTARIA n.º 183/2011, de 05 de Maio](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA SAÚDE)

Define os preços dos cuidados continuados integrados de saúde mental prestados pelas unidades residenciais, unidades sócio-ocupacionais e equipas de apoio domiciliário.

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• SEGURANÇA RODOVIÁRIA

[LEI n.º 11/2011, de 26 de Abril](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na actividade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspecção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de Dezembro.

[DECRETO-LEI n.º 59/2011, de 05 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Aprova o regulamento relativo aos sistemas antiprojecção de determinadas categorias de automóveis e seus reboques e transpõe a Directiva n.º 2010/19/UE, da Comissão, de 9 de Março.

• TRANSPORTES

[LEI n.º 11/2011, de 26 de Abril](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Estabelece o regime jurídico de acesso e de permanência na actividade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime de funcionamento dos centros de inspecção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de Dezembro.

[DECRETO-LEI n.º 57/2011, de 27 de Abril](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Estabelece o regime jurídico aplicável aos equipamentos sob pressão transportáveis e revoga o Decreto-Lei n.º 41/2002, de 28 de Fevereiro, transpondo a Directiva n.º 2010/35/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho.

[PORTARIA n.º 180/2011, de 02 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Regula os termos e condições essenciais da remuneração da actividade de operação de pontos de carregamento.

[LEI n.º 16/2011, de 03 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova o regime de certificação dos maquinistas de locomotivas e comboios do sistema ferroviário, transpondo a Directiva n.º 2007/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro.

20. TURISMO E LAZER

[DECRETO-LEI n.º 61/2011, de 06 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Regula o acesso e exercício da actividade das agências de viagens e turismo.